

INVESTIGAR EM PSICANÁLISE? CONTRIBUTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS A PARTIR DE UMA INVESTIGAÇÃO CONCEPTUAL SOBRE A CONTRATRANSFERÊNCIA

*Filipa Falcão Rosado*¹, *Teresa Santos Neves*², *Sandra Roberto*³,
*Orlando Cruz Santos*⁴, *Luís Martins Pote*⁵

<https://doi.org/10.51356/rpp.441a8>

RESUMO: Nas últimas décadas, tem sido debatido o estatuto científico da psicanálise, dos seus métodos de investigação e de produção de conhecimento. Numa perspetiva pluralista de ciência, defende-se a adequação dos métodos e instrumentos de investigação à especificidade do objeto de estudo. A psicanálise parte de uma conceção ontológica do sujeito dividido, conflitual e defendido. Partindo de uma investigação conceptual, ainda em curso, sobre o uso do conceito de contratrtransferência em psicanalistas, procurou-se construir um dispositivo adequado ao fenómeno em estudo utilizando uma metodologia psicanaliticamente informada. Recorreu-se à Entrevista Narrativa de Associação Livre (FANI) e à dinâmica que se estabeleceu no grupo de investigação, durante a análise do material, para aceder aos significados implícitos do conceito. Partindo da teorização de Bion sobre o pensamento, nomeadamente os conceitos de capacidade negativa, trabalho de sonho alfa e facto selecionado, refletiu-se e explicitou-se o processo subjacente aos procedimentos de análise das entrevistas. Assim, o presente artigo pretende dar contributos teórico-metodológicos para a clarificação da investigação em psicanálise fora do quadro analítico.

PALAVRAS-CHAVE: investigação psicanalítica, investigação conceptual, contratrtransferência, capacidade negativa, trabalho de sonho alfa.

¹ Membro Associado da Sociedade Portuguesa de Psicanálise. *E-mail:* filipa.rosado@gmail.com

² Membro Associado da Sociedade Portuguesa de Psicanálise. *E-mail:* teresasantosneves@sapo.pt

³ Candidata da Sociedade Portuguesa de Psicanálise. *E-mail:* sandragasroberto@gmail.com

⁴ Membro Associado da Sociedade Portuguesa de Psicanálise. *E-mail:* orlando.santos.oneiroclinica@gmail.com

⁵ Candidato da Sociedade Portuguesa de Psicanálise. *E-mail:* luismartinspote@gmail.com

INTRODUÇÃO

A psicanálise, enquanto projeto científico, confronta-se permanentemente, interna e externamente, com uma concepção da atividade científica tida como unívoca e inquestionável. Efetivamente, com frequência, a atividade científica é concebida a partir dos princípios lógico-positivistas, organizados em função das noções de objetividade, racionalidade, quantificação, controlo, experimentação e testabilidade. Assim, a partir do exterior, a investigação psicanalítica é criticada por não estar de acordo com estes padrões, e, no interior da comunidade psicanalítica, diversos autores (Fonagy et al., 2002; Stern, 2000; Wallerstein, 2005a, 2005b) defendem que a investigação psicanalítica deve ajustar-se a estes princípios (a que não será alheia a prévia socialização científica dos analistas, que chegam à disciplina a partir de formações científicas anteriores, maioritariamente a medicina ou a psicologia, elas próprias inscritas predominantemente em modelos de investigação objetivistas e quantitativos). Porém, quer no interior da comunidade psicanalítica (Canestri, 2003; Caper, 2009; Dreher, 2015, 2022; Green, 2003, 2005; Leuzinger-Bohleber & Burgin, 2003; Stamenova & Hinshelwood, 2018), quer no debate epistemológico mais amplo (Bachelard, 1934; Laudan, 1981; Piaget, 1970; Stengers, 1992), existem também outras perspetivas sobre a natureza da atividade científica e seus procedimentos. Assim, defendem a existência de diferentes formas de produzir conhecimento científico, sublinhando a necessidade, em cada área de estudo, de uma articulação estreita e coerente entre o objeto de investigação e o método usado para o explorar (Dreher, 2015; Holmes, 2019; Hollway & Jefferson, 2013; Neves, 2008; Rosado et al., 2015). Assinalam, igualmente, a inadequação das tentativas de submeter a investigação psicanalítica a modelos ultrapassados de conceber a atividade científica. Desta forma, Bleger (1969/2012) defende que:

«não podemos, de forma alguma, aceitar o esquema ingénuo que supõe (mesmo para a psicologia e para a psicanálise) que os factos «estão lá» e que, limitando-nos à sua observação e estudo, podemos deduzir hipóteses e, em seguida, teorias que podem ser validadas ou refutadas pelo confronto com esses factos.

Este aspeto, como muitos outros, diz respeito não só à psicanálise, mas representa um problema generalizado, que abrange

a estrutura e a caracterização de todo o conhecimento científico, em todas as disciplinas. [...] daqui decorre uma consequência relevante para os psicanalistas: a necessidade de não procurar forçar o conhecimento psicanalítico a responder a exigências que são já obsoletas ou ultrapassadas.» (p. 994).⁶

Posicionando-nos numa perspectiva pluralista de ciência, consideramos que interessa à psicanálise refletir e defender um quadro metodológico adequado à especificidade do seu objeto de estudo, isto é, um quadro metodológico ontológica e epistemologicamente coerente com as premissas fundamentais da disciplina. Qualquer modelo de investigação parte de pressupostos fundamentais sobre a natureza da realidade que estuda e sobre a forma de aceder ao conhecimento da mesma. O modelo de investigação lógico-positivista parte de uma conceção do sujeito unitário, racional, que implica, como sublinha Hollway (2004), uma visão ingénua do sujeito de investigação — um sujeito «transparente», capaz de se conhecer e se descrever, clara e simplesmente, ao outro/investigador. Porém, mesmo nas relações do dia a dia, reconhecemos que a comunicação humana é bem mais complexa e subtil, e que ninguém se desvela de forma tão clara e unívoca ao outro (Hollway & Jefferson, 2013). Do mesmo modo, este modelo concebe, ingenuamente, o investigador como neutro, distanciado, objetivo, plenamente consciente e racional. Mas, do ponto de vista ontológico, a psicanálise parte de uma conceção do psiquismo humano que pressupõe um sujeito dividido, conflitual, defendido (Freud 1900/1953, 1916/1963), um sujeito concebido como tendo uma parte de si que desconhece, inconsciente, e que o determina.

Deste modo, usar o modelo lógico-positivista na investigação psicanalítica resulta numa incoerência fundamental e intransponível com os fundamentos base da disciplina, uma vez que retira do campo de estudo a dimensão inconsciente que funda a visão psicanalítica sobre o psiquismo humano. É requerido um dispositivo que seja epistemologicamente coerente e metodologicamente capaz de captar o fenómeno em estudo. Epistemologicamente, do ponto de vista analítico, o sujeito conhece-se e é conhecido na presença de outro sujeito, em

⁶ Tradução dos autores.

relação com ele, através de modos de comunicação inconscientes, nos quais a identificação projetiva desempenha um papel central, que se traduz nas infiltrações do inconsciente nos elementos narrativos, discursivos, mas também e sobretudo através de dimensões não verbais, captadas no e pelo inconsciente do outro (Hollway, 2008). Em suma, a psicanálise pressupõe um modo específico de pensar os sujeitos, que enfatiza a existência de significados latentes, afetos, conflitos dinâmicos, processos intersubjetivos e intrapsíquicos inconscientes.

Estes princípios implicam a escolha de métodos adequados à especificidade do objeto de estudo, numa articulação coerente entre princípios ontológicos, epistemológicos e metodológicos (Hollway, 2016). É, pois, necessário um dispositivo adequado para aceder ao conhecimento do sujeito dividido e defendido, que permita o acesso aos significados latentes, inconscientes. Esse dispositivo assenta no binómio associação livre/atenção flutuante (Freud, 1900/1953, 1916/1963), que facilita uma expressão menos defendida do sujeito e uma escuta da sua comunicação também mais livre e aberta aos aspetos desconhecidos, defendidos, conflituais, permitindo assim captar as dimensões explícitas de significação, mas também as dimensões pré-conscientes e inconscientes. Mais, o processo de conhecimento, entendido a partir dos aspetos relacionais e intersubjetivos, reconhece e privilegia também a experiência subjetiva consciente e inconsciente do investigador (Hollway & Froggett, 2013; Hollway, 2016).

A investigação em psicanálise fora do contexto clínico situa-se num campo de interseção de áreas que levanta várias dúvidas e muitas incertezas e, acima de tudo, tensões e desconfianças. Dentro da psicanálise, existe um entendimento de que o objeto de investigação deverá ser essencialmente clínico, tendo por referência o *junktum* freudiano (Freud, 1927/1959), e de que a postura do analista em sessão obedece a critérios de investigação científica atuais (para uma discussão aprofundada sobre este tema ver Dreher, 2000). Em diversos meios académicos de investigação (qualitativa), tradicionalmente não é reconhecida a validade científica do conhecimento psicanalítico, sendo olhado com desconfiança o uso de métodos e técnicas derivados da psicanálise (Stamenova & Hinshelwood, 2018).

Assim, desenvolver uma investigação sobre a contratransferência tem colocado o nosso grupo de investigação neste lugar de interseção,

procurando dialogar com, e para, os pares de ambas as áreas, da clínica e da investigação. É uma tentativa de procurar uma identidade que, embora híbrida (Stamenova & Hinshelwood, 2018), tem um objetivo comum e partilhado de investigar os processos inconscientes.

O presente artigo tem por base outra publicação (Roberto et al., 2021) com reflexões teórico-metodológicas sobre a investigação em psicanálise dirigida essencialmente aos investigadores qualitativos. A proposta que aqui apresentamos tem como objetivo ampliar e discutir as ideias abordadas na publicação anterior, aprofundando aquilo que é mais específico da psicanálise e dirigido aos leitores psicanalistas. As duas versões procuram retratar o processo que fomos descobrindo, de colocar estas duas partes em diálogo, e, nesse percurso, de ir encontrando uma identidade própria de fazer investigação.

No presente artigo, explicitaremos e ilustraremos, a partir de uma investigação conceptual sobre o uso do conceito de contratransferência em psicanalistas, a conceptualização de um dispositivo metodológico, psicanaliticamente informado (Holmes, 2019; Hollway, 2016; Hollway & Jefferson, 2013). Neste artigo, não daremos conta da componente empírica da investigação realizada. Começaremos por contextualizar, brevemente, o objetivo e as questões que orientaram a pesquisa para, em seguida, nos debruçarmos sobre os passos da nossa construção metodológica e a forma como foi sendo implementada e experienciada no grupo de investigação. Refletiremos, particularmente, sobre o uso do racional analítico na análise do material de investigação, discutindo a sustentação teórico-metodológica do mesmo e a aprendizagem do grupo com a experiência de utilização deste dispositivo.

UMA INVESTIGAÇÃO CONCEPTUAL SOBRE A CONTRATRANSFERÊNCIA

A presente investigação teve como objetivo problematizar e clarificar o campo de significação e uso da contratransferência, enquanto conceito e instrumento, no trabalho psicanalítico. O conceito de contratransferência constituiu-se como objeto de estudo pelas múltiplas modificações por que passou ao longo da história da psicanálise, e por ilustrar a constante interligação entre a teoria e a prática clínica (Dreher et al., 2023).

Segundo Dreher, a investigação conceptual define-se «pelo seu objeto de estudo: nomeadamente, os conceitos psicanalíticos enquanto ferramentas de linguagem através das quais tentamos apreender os fenómenos empíricos — especialmente os fenómenos clínicos — teoricamente» (2003, p. 110–111).⁷ Visa a análise sistemática dos significados do conceito, abordando a sua origem e modificações, assim como o confronto entre os usos explícitos e implícitos do conceito, tal como revelado na prática clínica dos analistas. Procura igualmente analisar a influência do contexto clínico, assim como o enquadramento sociocultural e histórico, nas modificações no uso dos conceitos.

Em psicanálise, a articulação entre o conceito e o fenómeno ao qual se refere é complexa e dinâmica, em virtude da interdependência e do carácter cíclico entre conceitos e dados clínicos (Dreher, 2000). Por um lado, o uso de conceitos sem referência aos fenómenos psicanalíticos que lhe são relevantes é vazio, e as «percepções» psicanalíticas sem os conceitos adequados são cegas. Por outro, os novos dados clínicos desencadeiam modificações e diferenciações conceptuais. Do mesmo modo, as mudanças conceptuais permitem observar novos fenómenos psíquicos na prática clínica.

Os conceitos psicanalíticos apresentam um conjunto de características específicas, nomeadamente a polissemia, a elasticidade e a coexistência de dimensões explícitas e implícitas de significação (Dreher, 2000; Sandler et al., 1991). São polissémicos na medida em que o mesmo conceito adquire múltiplos significados para diferentes utilizadores. São elásticos porque para cada conceito existe um núcleo de significação claramente definido, mas as fronteiras do seu campo de significação são flexíveis e sujeitas a modificações. Finalmente, os conceitos têm significados explícitos, tal como surgem formulados pela teoria, mas a prática clínica revela que os analistas tendem a introduzir significados subjetivos (miniteorias ou teorias privadas), que podem divergir da sua conceção consciente sobre os conceitos e da teoria estabelecida sobre os mesmos (Sandler et al., 1991). Estas dimensões implícitas dos conceitos resultam das múltiplas influências a que o analista está sujeito, nomeadamente a sua análise pessoal, as suas experiências de supervisão, as suas vivências no grupo de formação,

⁷ Tradução dos autores.

a sua personalidade e a sua experiência clínica (Dreher, 2000). Desta forma, não existe uma relação estável nem unívoca entre o conceito e o fenómeno.

O conceito de contratransferência, desde a sua formulação inicial em Freud (1910/1961), tem sofrido inúmeras modificações — em parte, resultante do alargamento das indicações para análise a patologias não neuróticas e à emergência da psicanálise de crianças —, o que tem conduzido a significativas alterações técnicas que, por sua vez, permitem aos analistas observar fenómenos até aí não captados (Dreher et al., 2023).

Assim, num primeiro momento, na perspetiva clássica, a contratransferência é concebida de forma restritiva como reação inconsciente do analista à transferência do paciente, sendo entendida como obstáculo ao processo analítico, resultante de conflitos inconscientes não resolvidos do analista (Freud, 1910/1961, 1937/1961; Reich, 1951).

Num segundo momento, a partir do final dos anos 40 do século passado, assiste-se a uma viragem e a um alargamento do campo de significação do conceito. A partir dos trabalhos de Ferenczi (1919) e Ferenczi e Rank (1924/1988), emerge uma segunda perspetiva que considera a contratransferência como englobando todos os afetos, pensamentos, fantasias conscientes e inconscientes do analista em relação ao paciente. Entendida como resultando de processos de identificação projetiva do paciente, a contratransferência é, nesta perspetiva, compreendida como uma criação do analisando, passando, por isso, a ser valorizada e usada como instrumento de investigação do inconsciente do paciente (Heimann, 1950; Little, 1951; Racker, 1957/1988, 1968; Winnicott, 1949).

Finalmente, a partir dos anos 70/80 do século xx, ligada aos desenvolvimentos do modelo da mente bioniano (Bion, 1959, 1962) e da teoria do campo analítico (Barranger & Baranger, 1961/2008), surge uma terceira perspetiva, que tende a enfatizar os processos intersíquicos do par analítico, compreendendo a contratransferência como um fenómeno cocriado e intrinsecamente interligado à transferência. Nesta perspetiva, são enfatizados os processos terciários e o uso da *rêverie* do analista (Bolognini, 2010; Civitarese, 2018; Ferro, 2002; Green, 2009; Grinberg, 1956; Ogden, 1994).

A partir da análise destas diferentes contribuições teóricas, Mijolla (2005) identifica três polos de tensão no uso do conceito: delimitação — restrita vs. alargada; função no processo analítico — obstáculo vs. instrumento de pesquisa; papel do analista — espelho vs. participante ativo. Assim, no que diz respeito à delimitação do conceito, as definições oscilam entre uma visão mais restrita — resposta aos processos inconscientes que a transferência do paciente produz no analista — e uma visão mais abrangente — papel desempenhado pela personalidade do analista no quadro do tratamento. A função atribuída à contratransferência oscila entre a visão da contratransferência enquanto obstáculo ao trabalho analítico que deve ser ultrapassado e o entendimento da contratransferência enquanto instrumento indispensável ao processo terapêutico, ancorada na noção de identificação projetiva. Finalmente, o posicionamento dos autores perante o uso da contratransferência parece variar entre um polo que concebe que o analista deve permanecer como superfície de projeção da transferência do paciente e, no polo oposto, uma posição em que a personalidade do analista se envolve na dinâmica transfero-contratransferencial, enquanto parte do trabalho analítico.

Procurando problematizar o conceito, explorar a polissemia e heterogeneidade do seu uso, bem como as tensões entre o uso explícito e implícito do conceito para os psicanalistas na sua prática clínica, foi desenvolvido um projeto de investigação psicanaliticamente informado, que visou aprofundar as metodologias associadas à investigação conceptual (Dreher, 2000).

Neste contexto, a investigação realizada teve como ponto de partida as seguintes questões de investigação: 1) Quais as facetas implícitas do uso do conceito de contratransferência reveladas na prática clínica pelos/as psicanalistas?; 1.1) Qual a relação entre estes significados implícitos e as facetas explícitas do uso do conceito?; 2) Como é que o conceito de contratransferência vai sendo transformado ao longo da prática clínica?; 2.1) Qual a influência dos modelos teóricos e teórico-clínicos na compreensão e uso da contratransferência? 2.2) Qual o papel da formação formal e informal dos/das psicanalistas? A presente investigação foi delineada, e tem sido conduzida, por cinco investigadores com formação e prática clínica psicanalítica e com experiência prévia na condução de investigação qualitativa psicanaliticamente informada.

PROCEDIMENTOS DE REALIZAÇÃO DA ENTREVISTA

Foi elaborado um guião de entrevista com base na revisão da literatura sobre o conceito de contratransferência. Assim, na entrevista foi solicitado aos participantes que falassem da contratransferência na sua experiência clínica e como esta se foi transformando ao longo do tempo. Foi também pedido aos analistas que partilhassem a sua experiência contratransferencial em dois casos de análise. Por fim, foram colocadas questões a propósito da influência do percurso formativo dos analistas entrevistados no desenvolvimento do seu uso clínico da contratransferência. Procurou-se, desta forma, aceder às facetas explícitas e implícitas da experiência contratransferencial e do uso do conceito pelos analistas.

Os participantes foram selecionados por conveniência, através de convite à participação no estudo endereçado a membros da Sociedade Portuguesa de Psicanálise integrada na Associação Psicanalítica Internacional, após o projeto de investigação ter sido submetido e aprovado pela Comissão de Ética da mesma Sociedade. Assim, foram entrevistados seis analistas: um membro titular e cinco membros associados; dois homens e quatro mulheres; com idades compreendidas entre os 39 e os 62 anos. Cada participante foi informado sobre o objetivo do estudo e foram garantidos a confidencialidade da sua participação e o anonimato no tratamento dos dados recolhidos. Solicitámos a todos a assinatura de um documento de consentimento informado.

Os psicanalistas que participaram no nosso estudo foram entrevistados, individualmente e uma única vez, por um dos elementos do grupo de investigação, que usou a Entrevista Narrativa de Associação Livre, desenvolvida por Hollway e Jefferson (2008, 2013). Este instrumento de recolha de material solicita a produção de narrativas cujo conteúdo pode ser analisado nas suas dimensões implícitas, de forma que promova uma compreensão aprofundada dos significados atribuídos subjetivamente pelos entrevistados aos temas propostos.

Após a entrevista, e seguindo a metodologia descrita por Hollway e Jefferson (2013), o entrevistador registou «notas de campo reflexivas» nas quais descreveu a sua experiência subjetiva do encontro. As entrevistas foram gravadas em formato áudio e posteriormente transcritas.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DA ENTREVISTA

A análise interpretativa das entrevistas e anotações foi realizada em quatro momentos distintos. No primeiro momento, a transcrição da entrevista foi lida pelo entrevistador e o grupo procurou escutar em atenção flutuante, implicando uma postura de abertura, expectativa vazia e insaturação. As impressões e hipóteses interpretativas foram emergindo em associação livre num processo de trabalho de sonho alfa. Seguidamente, foi realizada a leitura das notas de campo do entrevistador, confrontando-as, de forma ainda livre e não sistemática, com as primeiras hipóteses interpretativas. Todo este trabalho de associação livre perante a escuta do material — entrevista e notas de campo — foi sendo anotado por um membro do grupo, notas estas que se constituíram como o primeiro nível de análise do material.

Depois de realizado este procedimento para todas as entrevistas, iniciámos um segundo momento. Neste, as notas do primeiro nível de análise foram lidas pelo elemento que as registou, surgindo um novo movimento associativo, também ele anotado, constituindo-se como o segundo nível de análise. Num terceiro momento, procedeu-se a uma análise sistemática das notas dos primeiros e segundos níveis de análise de todas as entrevistas, procurando pôr em evidência os núcleos temáticos transversais que se destacaram. Finalmente, num quarto momento, procedeu-se ao confronto entre significados implícitos e explícitos clarificando, explorando e problematizando a sua articulação com a literatura.

Assim, os factos seleccionados foram emergindo progressiva e naturalmente a partir do contacto com os dados, ao longo das diferentes etapas de análise. Pretendeu-se, deste modo, que espontânea e gradualmente pudessem emergir linhas compreensivas sobre o fenómeno da contratransferência, nas suas dimensões explícitas e implícitas. As categorias compreensivas de análise não foram, desta forma, previamente estabelecidas e impostas ao material.

PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE PSICANALITICAMENTE

INFORMADOS: EXEMPLO DA CONTRATRANSFERÊNCIA ERÓTICA

Para ilustrar os procedimentos de análise psicanaliticamente informados, descreveremos a dinâmica estabelecida no grupo a propósito da contratransferência erótica, enquanto tema introduzido por um dos entrevistados.

Na entrevista com a psicanalista A, foi solicitado que falasse da contratransferência com um paciente em análise. A analista, com alguns anos de experiência, escolheu falar do caso clínico de um paciente homem descrevendo o processo através do qual foi emergindo a sua contratransferência:

«percebi que houve uma parte importante do nosso trabalho em que eu estava de facto a vê-lo como um bebé, a infantilizá-lo, e não estava a permitir que a parte mais madura da personalidade dele também cooperasse mais com o nosso trabalho e, portanto, o trabalho também progredisse, de outra forma [...]. Mas o facto é que ele era um homem e eu era uma mulher e fui-me dando conta que eu o ouvia como um menino... Portanto, eu estava, eventualmente eu estaria, a dessexualizá-lo [...]. E é um exemplo de contratransferência durante muito tempo, muito inconsciente, e como estava a ser um obstáculo, e como depois de compreendida pode ajudar [...].»

Conforme propõe o método de análise das narrativas de livre associação, o grupo escutou a leitura do excerto da entrevista e, em associação livre, iniciou-se uma dinâmica entre os seus elementos, que procuramos dar conta em seguida, de forma que se ilustre o processo da análise recorrendo à contratransferência do grupo. Neste ponto, talvez importe clarificar que o exemplo aqui descrito procura esclarecer os procedimentos de análise propostos por este método de investigação e não uma análise da contratransferência erótica.

Entre os elementos do grupo, após um silêncio prolongado, surgiu a seguinte dinâmica. Um dos investigadores avançou com um primeiro comentário: «A contratransferência nesta analista é percebida como um obstáculo», ao qual se juntou um segundo comentário de outro investigador: «Fala-se da sexualidade...». Na continuidade destes primeiros comentários, um terceiro investigador referiu: «A sexualidade na contratransferência torna-a mais difícil de ser vivida e analisada internamente.» Um quarto elemento do grupo acrescentou: «O trabalho com os adultos é diferente do trabalho analítico com as crianças [...].» E, por último, o quinto elemento associou com esta afirmação: «Lembrei-me do texto do Ferenczi “Confusão de línguas”. Esta confusão da linguagem dos adultos e das crianças.»

A esta dinâmica seguiu-se no grupo um longo diálogo acerca da proposta teórica de vários autores (Ferenczi, Amaral Dias e Laplanche) sobre a erotização das relações no processo de análise e sobre a contra-transferência vivida pelos analistas.

Seguindo a proposta do método de análise, após o primeiro momento de associação livre ocorreu a leitura e análise das notas da discussão em grupo. Colocou-se, então, a hipótese de que a dinâmica estabelecida no grupo à volta da discussão teórica sobre a contratransferência erótica, aparentemente muito valiosa pela riqueza intelectual dos argumentos, remetia para um processo defensivo pela dificuldade em verbalizar e articular a dimensão erotizada presente na relação de transferência-contra-transferência. Ainda neste segundo momento, revelou-se uma dinâmica importante da entrevista, onde a contratransferência erótica foi identificada e nomeada pelo entrevistado, mas não pôde ser desenvolvida. Do mesmo modo, reinstalou-se no grupo um processo semelhante, em que se nomeou o fenómeno da contratransferência erótica, mas parece ter sido silenciado através do recurso à intelectualização, evocando autores e teorias, evitando a emergência dos afetos e a sua significação.

Esta temática ressurgiu numa outra entrevista, dando origem a processos semelhantes, quer no material, quer na dinâmica do grupo nos primeiros dois níveis de análise: a nomeação do fenómeno da contratransferência erótica e o seu silenciamento com recurso a processos defensivos. Nas restantes entrevistas, esta temática esteve absolutamente ausente.

Todo este processo de reconhecimento da intensidade dos processos defensivos perante o fenómeno da contratransferência erótica, que surgiu nas entrevistas, e se reinstalou no grupo de investigação, constituiu-se na emergência de um facto selecionado que se tornou numa categoria temática da presente investigação, posteriormente trabalhada nos terceiros e quartos níveis de análise (que não serão descritos no presente artigo).

DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Procuraremos, agora, refletir e explicitar o processo de pensamento subjacente aos procedimentos de análise das entrevistas nos seus dois primeiros níveis. Para isso, faremos uso da conceptualização de Bion (1959, 1962, 1970, 1992) sobre a capacidade negativa e o trabalho de

sonho alfa, enquanto processos psíquicos que permitem contactar, tolerar, acolher e organizar a experiência, contendo-a e significando-a, através da emergência de factos seleccionados.

CAPACIDADE NEGATIVA

No primeiro contacto com a transcrição da entrevista, o grupo de investigadores adotou uma escuta que se aproxima da atenção flutuante do analista na clínica psicanalítica. Uma escuta que não privilegia qualquer elemento do discurso do paciente e que deixa funcionar livremente a sua atividade inconsciente, suspendendo as motivações que habitualmente dirigem a sua atenção (Laplanche & Pontalis, 1967).

A atenção flutuante pressupõe aquilo que Bion designou por capacidade negativa: um estado mental capaz de tolerar a ignorância, a incerteza, o mistério e a dúvida, sem a tentativa ansiosa de chegar a uma compreensão, ou sem uma obrigação de chegar ao sentido (Bion, 1970, 1992). Bion inspirou-se em Keats, que, numa carta de 22 de dezembro de 1817 aos seus irmãos George e Thomas, se referia à capacidade negativa da seguinte forma: «é isso que um homem é capaz de ser nas incertezas, mistérios, dúvidas sem qualquer irritável busca dos factos e da razão» (Bion, 1970, p. 125). Em Keats, percebemos que a capacidade negativa se refere à capacidade de suportar o que é misterioso e o que é da ordem da dúvida, para que mais adiante algo possa surgir que dê significado à turbulência anterior.

Para Bion (1970), a capacidade de tolerar o não saber amplia a disponibilidade de contacto com o inconsciente. No contexto clínico, o analista precisa de esperar o tempo necessário para que a compreensão dos processos inconscientes do paciente se desvele. Este tempo não pode ser determinado *a priori* e nem pode ser apresado. É o tempo de imersão na experiência emocional vivida, entre paciente e analista, até que o seu impacto possa começar a ser reconhecido, figurado, representado e compreendido pelo trabalho de sonho alfa (Bion, 1959). A incapacidade de tolerar o espaço de dispersão e incerteza limita a quantidade de espaço disponível na mente do analista, já que limita a curiosidade necessária para se permitir a novas descobertas (Bion, 1992). Ao contrário, a aceitação de um estado de recetividade sem tempo, sem desejo, sem memória (pre-concepções) ou necessidade de compreensão permite, ao analista,

estar disponível para o contacto com a experiência e com o impacto desta no seu mundo interno.

Também num contexto de investigação, sobretudo se psicanaliticamente informada, é necessário ao investigador tolerar a espera, a incerteza, a dispersão. Assim, num primeiro momento da análise das entrevistas, os conteúdos não tinham uma forma definida na mente dos elementos do grupo e somente mais tarde vieram a configurar-se como formulação de uma hipótese interpretativa, pelo que foi necessário suportar a incerteza, o não saber, a dispersão, sem fechamento precipitado. Nesta fase, o grupo era assaltado por dúvidas, não apenas sobre o material escutado, mas sobre o próprio método. «O que é que estamos aqui a fazer?», «O que é que vai sair daqui?», «Isto é uma selvajaria!» foram algumas das angústias vividas e verbalizadas. Ao mesmo tempo, por se tratar de investigadores com experiência analítica, havia uma certa familiaridade com o processo que tornava possível tolerar a espera e a permanência nesse lugar incerto, caótico, desconhecido.

No exemplo acima apresentado do caso do analista A, o período de escuta do grupo e o silêncio que se seguiu à leitura foi o tempo em que o grupo permaneceu em estado de incerteza e de tolerância à «ignorância», sem tentativas de chegar a uma compreensão imediata ou *a priori*, aguardando o tempo necessário para que os conteúdos da entrevista fossem «digeridos» pela mente dos investigadores, para que a compreensão viesse a acontecer e pudesse mais adiante ser nomeada, transformada em narrativa.

TRABALHO DE SONHO ALFA

No exemplo apresentado, as intervenções dos elementos do grupo ocorreram em associação livre, como primeira tentativa de reconhecer e representar o impacto do que foi escutado. Ao permitir que a associação livre fluísse, o grupo mergulhou numa discussão teórica. Podemos olhar para esta sequência como se de um sonho se tratasse: perante a evocação da contratransferência erótica, os elementos do grupo visitaram as suas bibliotecas privadas e muniram-se de autores como se recorressem a armaduras, defendendo-se da inquietação provocada pelo trecho escutado. Imersos no sonho, como o sonhador, não se dão conta que estão a sonhar. À semelhança da mente do analista

que pode «sonhar» o material clínico do paciente, também o grupo fez uso desta função, recorrendo ao que Bion (1959) designou por trabalho de sonho alfa.

Este trabalho opera de forma contínua dia e noite, transformando a corrente contínua de estímulos internos e externos (elementos beta) em elementos psíquicos (elementos alfa), tornando assim a experiência passível de ser pensada. Segundo Green (1992), a concepção de trabalho de sonho alfa contém em si o gérmen do que Bion veio a chamar capacidade de *rêverie*, que é o aspeto visível de uma forma de pensamento profundamente inconsciente. Trata-se de uma função primordial do psiquismo que consiste em, permanentemente, de forma inconsciente, transformar a experiência emocional em pictogramas que são os elementos base do processo de simbolização, isto é, de figuração e narratividade (Bion, 1992).

Na análise em grupo, foi este processo que permitiu aceder às dimensões inconscientes dos significados dos conteúdos da entrevista. Assim, num segundo momento de análise, o grupo pôde reconhecer este processo, nomeá-lo, figurá-lo e representá-lo como momento defensivo perante os conteúdos da entrevista, e, assim, começar a compreendê-lo. Um facto seleccionado emergiu: a inquietação provocada pela contratransferência erótica que é nomeada, mas imediatamente silenciada.

Bion (1962) recorre ao conceito de facto seleccionado de Poincaré para explicar o processo de produção de conhecimento. Diz Poincaré: «Se um resultado novo tem algum valor, é quando, ao ligar elementos há muito conhecidos, mas até então dispersos e aparentemente estranhos entre si, introduz subitamente ordem onde reinava a aparência de desordem» (1908, p. 25).⁸

Para Bion (1962), a descrição de Poincaré de facto seleccionado ajuda a compreender a passagem da posição esquizo-paranoide à posição depressiva, descrita por Klein (1935/2017, 1940/2017, 1946/2017). É o elemento que permite dar coerência a um conjunto de dados dispersos. O facto seleccionado será o elemento que permite a passagem da posição esquizo-paranoide para a posição depressiva, servindo como ponto de partida para a interpretação do analista, que

⁸ Tradução dos autores.

toma consciência de que um conjunto de aspetos do material do seu paciente estão agrupados e ganham sentido.

Na análise da entrevista, o grupo experienciou a existência de elementos incoerentes, numa disposição particular para a escuta em capacidade negativa, ou seja, capaz de tolerar essa incoerência. Este processo permitiu a formação de imagens através do trabalho de sonho alfa, donde emergiu um facto selecionado, isto é, uma experiência emocional de descoberta de uma coerência que permitiu passar de uma posição de dispersão, confusão, incompreensão para uma posição de integração e compreensão em direção ao conhecimento (Bion, 1962). Mais precisamente, quando o grupo, a dado momento do seu processo de análise, se apercebeu, observando a sua própria observação, que tanto na entrevista como na sua própria dinâmica grupal emergiam estratégias defensivas face à temática da contratransferência erótica; a dificuldade perante esta temática emergiu como facto selecionado. Este facto selecionado abriu o campo para o questionamento e reflexão, constituindo-se, assim, como uma categoria temática fundamental na nossa investigação sobre o conceito de contratransferência.

A emergência do facto selecionado permite começar a significar a experiência, a contê-la e transformá-la, tornando-a pensável. Constitui-se como o início do processo de pensamento, de «aprender com a experiência», mas pensar os pensamentos exige, em seguida, todo um caminho de elaboração. Assim é na clínica, e assim é na investigação. À emergência do facto selecionado, que ordena, dá coerência e sentido ao material e que permite formular a hipótese de uma categoria relevante, segue-se, pois, um trabalho de elaboração que implica a revisitação do material de análise, nesse momento de forma mais sistemática, mais ordenada pelos princípios conscientes, racionais, lógico-dedutivos, e o seu confronto com a literatura. Mas desses outros passos não daremos aqui conta, uma vez que o objetivo do presente trabalho é sublinhar a possibilidade e riqueza de fazer uso do racional analítico e, mais especificamente, da escuta analítica, num contexto de investigação extra clínico.

CONCLUSÕES

Neste artigo, procurámos sustentar os benefícios do uso de uma metodologia psicanaliticamente informada, em coerência com a compreensão do sujeito de investigação dividido e defendido, conflitual e «não

transparente», bem como ilustrar esta aplicação através de um exemplo de investigação conceptual sobre a contratransferência, e discutí-la a partir da teoria do pensamento de Bion (1959, 1962, 1970, 1992).

Vários autores (Kernberg, 1999; Rustin, 2008, Stamenova & Hinshelwood, 2018) são unânimes em sublinhar que a psicanálise tem estado afastada dos contextos académicos e de investigação, afirmando-se maioritariamente pela intervenção da prática clínica. Embora o conhecimento teórico tenha a mesma origem e existam áreas de sobreposição, o contexto clínico e o contexto de investigação são distintos (Holmes, 2019). Hollway e Jefferson (2008) sublinham a necessidade de afirmar essa distinção, utilizando a expressão, «métodos psicanaliticamente informados» para designar a adaptação dos métodos psicanalíticos ao contexto de investigação.

Stepanski (2009) defende a ideia de que a investigação em psicanálise é um contributo fundamental para o desenvolvimento do conhecimento individual, social, cultural e político e que deve ser fomentada uma cultura de investigação nesta área do conhecimento. No que diz respeito aos debates e reflexões relativos aos métodos e técnicas de investigação, os contributos da psicanálise apenas se fizeram sentir nos últimos vinte anos. Para esta mudança, muito contribuiu o facto de se passar a valorizar os métodos qualitativos e interpretativos, em oposição a uma hegemonia anterior de abordagens quantitativas e «positivistas» nas ciências sociais (Rustin, 2008).

Usar o racional psicanalítico em contexto de investigação, fora do *setting* clínico, levanta um conjunto de questões: apesar de haver áreas de sobreposição entre a clínica e a investigação, há também diferenças substanciais. Antes de mais, em investigação, a solicitação parte do investigador e tem como objetivo a produção de conhecimento; enquanto na clínica a demanda é do paciente e o encontro tem uma intenção terapêutica. Esta diferença altera as condições do encontro, influenciando, consciente e inconscientemente, o que emerge na entrevista. O desejo do investigador infiltra-se e conduz o processo de investigação, e, nesse sentido, estamos no polo oposto da situação clínica, na qual o analista deixa-se usar como objeto (Winnicott, 1969).

Outra questão relevante é a das diferenças entre o contacto terapêutico e o consentimento informado. O encontro dos participantes na investigação não é delimitado por um contrato terapêutico, como

acontece na clínica. Um paciente que procura ajuda através de uma análise está a pedir para ser analisado, o que não acontece na investigação. Porém, o paciente apreende o que é a psicanálise estando em análise, não sendo possível estar totalmente informado antes de iniciar o processo (Hinshelwood, 1996). Aos participantes da investigação, poder-se-á informar que as suas respostas serão pensadas em termos de processos inconscientes, ou que podem ser oferecidas respostas do tipo interpretação, mas a única fase em que seriam verdadeiramente capazes de «consentir» seria após o evento (Holmes, 2013). Esta condição levanta questões sobre o consentimento, e coloca exigências éticas na condução da entrevista e no uso da interpretação fora do *setting*.

Em sessão, uma hipótese interpretativa enunciada pelo analista é avaliada em função da expansão ou retração do campo associativo do paciente, da ampliação ou redução da sua mobilidade psíquica. Na entrevista de investigação, não há lugar à exploração interpretativa, esta é realizada posteriormente, no seio do grupo de investigadores. A averiguação da adequação da linha interpretativa tem, assim, de recorrer a formas de validação cruzadas. Por um lado, é realizada através da interseção de olhares, sensibilidades, subjetividades e reflexões dos diferentes membros do grupo. Por outro, o cruzamento da compreensão da dinâmica grupal com as notas de campo reflexivas do entrevistador permite também observar convergências e/ou divergências, que possibilitam aprofundar a compreensão do conteúdo das entrevistas. A este propósito, Hollway (2016) e Holmes (2019) observaram que, apesar da *rêverie* ser única em cada sujeito, diferentes investigadores expostos ao mesmo material de transcrição evocam temas semelhantes e comparáveis.

Coloca-se, ainda, a questão da formação do investigador que usa metodologias psicanaliticamente informadas. Poderá este racional ser usado por investigadores sem formação analítica, que possuem apenas conhecimento teórico da psicanálise?

Por fim, como evidenciado pela descrição dos procedimentos de análise do material, trata-se de uma metodologia que exige muito tempo, comparada com outro tipo de metodologias, o que limita, também, a quantidade de material recolhido (o número de entrevistas realizáveis e analisáveis).

Conforme referido na introdução deste artigo, o que parece realmente significativo, mais do que procurar corresponder a critérios positivistas de fazer investigação, é a procura de uma coerência ontológica, epistemológica e metodológica do investigar em psicanálise. O método de narrativa de associação livre, longe de ser o método ideal, parece aproximar-se do pressuposto psicanalítico de que os sujeitos (da investigação) são «defendidos» e não são transparentes para si mesmos, ou seja, o que as pessoas sabem e dizem é muitas vezes contraditório e complexo. Este método permite compreender uma narrativa com base nas ansiedades e defesas, e no investimento que o sujeito faz no discurso como forma de gerir conflitos (Hollway & Jefferson, 2013), o que permite uma exploração em profundidade, que nenhum outro método qualitativo tem a capacidade de atingir (Kvale, 2003).

ABSTRACT: There has been an ongoing debate regarding the scientific status of psychoanalysis, its research methods, and knowledge production. From a pluralist perspective of science, it is argued that research methods and instruments need to be adequate to the specificity of the object of study. Thus, from an ontological point of view, psychoanalysis is based on a conception of the psychic that presupposes a divided, conflictual and defended subject. Based on an ongoing conceptual research of the clinical use of the concept of countertransference, we sought to construct a device appropriate to the phenomenon under research, using a psychoanalytically informed methodology. We used the Free Association Narrative Interview (FANI) and the dynamics established in the research group during the analysis of the material to gain access to the implicit meanings of the concept. The processes underlying the procedure used for analysing the interviews were discussed and explained using Bion's theory of thinking, namely the concepts of negative capacity, alpha dream work and selected fact. This paper aims to make theoretical and methodological contributions to the clarification of research in psychoanalysis outside the analytic room.

KEYWORDS: psychoanalytic research; conceptual research; countertransference; negative capability; alpha dream work.

REFERÊNCIAS

- Bachelard, G. (1934). *La formation de l'esprit scientifique: Contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. Vrin.
- Baranger, M. & Baranger, W. (2008). The analytic situation as a dynamic field. *International Journal of Psychoanalysis*, 89, 795–826. (Original publicado em 1961).
- Bleger, J. (2012). Theory and practice in psychoanalysis/ psychoanalytic praxis. *The International Journal of Psychoanalysis*, 93, 993–1003. (Original publicado em 1969.) Doi: <https://doi.org/10.1111/j.1745-8315.2012.00593.x>
- Bion, W. R. (1959). Attacks on linking. *The International Journal of Psychoanalysis*, 40, 308–315.
- Bion, W. R. (1962). *Learning from experience*. Karnac Books.
- Bion, W. R. (1970). *Attention and interpretation: A scientific approach to insight in psycho-analysis and groups*. Karnac Books.
- Bion, W. R. (1992). *Cogitations*. Karnac Books.
- Bolognini, S. (2010). *Secret passages: The theory and technique of interpsychic relations*. Karnac Books.
- Canestri, J. (2003). The logic of psychoanalytic research. Em M. Leuzinger-Bohleber, A. Dreher & J. Canestri (Eds.), *Pluralism and unity? Methods of research in psychoanalysis* (pp.137–147). International Psychoanalytic Association.
- Caper, R. (2009). *Building out into the dark: Theory and observation in science and psychoanalysis*. Routledge.
- Civitarese, G. (2018). Spectres of transference. Em A. Ferro (Ed.), *Contemporary bionian theory and technique in psychoanalysis* (pp. 44–77). Routledge.
- Dreher, A. U. (2015). Psychoanalytic research with or without the psyche? Some remarks on the intricacies of clinical research. Em S. Boag, L. Brakel & V. Talvitie (Eds.), *Philosophy, science and psychoanalysis* (pp. 219–246). Karnac Books.
- Dreher, A. U. (2000). *Foundations for conceptual research in psychoanalysis*. Karnac Books.
- Dreher, A. (2003). What conceptual research have to offer? Em M. Leuzinger-Bohler, A. Dreher & J. Canestri (Eds.), *Pluralism and unity? Methods of research in psychoanalysis* (pp. 109–124). International Psychoanalytic Association.
- Dreher, A. U. (2022). What is clinical research in psychoanalysis?: Some comments on its scientific background. Em M. Altmann de Litvan (Ed.), *Clinical research in psychoanalysis: Theoretical basis and experiences through working parties* (pp. 11–26). Routledge.

- Dreher, A.U., Grinspon, A., Harris, A. & Papiasvili, E. D. (2023). Countertransference. Em *IPA inter-regional encyclopedic dictionary of psychoanalysis*. https://www.ipa.world/ipa/En1/en/Encyclopedic_Dictionary/English/Copyright.aspx
- Ferenczi, S. (1919). *Further contributions to the theory and technique of psychoanalysis*. Karnac Books.
- Ferenczi, S. & Rank, O. (1988). The Development of Psychoanalysis: A Historical Critical Retrospect. Em B. Wolstein (Ed.), *Essential Papers on Countertransference* (pp. 26–35). New York University Press. (Original publicado em 1924.)
- Ferro, A. (2002). *Seeds of illness and seeds of recovery: The genesis of suffering and the role of psychoanalysts*. Routledge.
- Fonagy, P., Kachele, H., Krause, R., Jones, E., Perron, R., Clarkin, J. & Allison, E. (2002). *An open door review of outcome studies in psychoanalysis*. International Psychoanalytical Association.
- Freud, S. (1953). The interpretation of dreams. Em J. Strachey (Ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, vol. 4, 5. The Hogarth Press e Institute of Psychoanalysis. (Original publicado em 1900.)
- Freud, S. (1959). Postscript to the question of lay analysis. Em J. Strachey (Ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, vol. 20 (pp. 251–258). Hogarth Press e Institute of Psychoanalysis. (Original publicado em 1927.)
- Freud, S. (1961). The future prospects of psychoanalytic therapy. Em J. Strachey (Ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, vol. 12 (pp. 139–152). Hogarth Press e Institute of Psychoanalysis. (Original publicado em 1910.)
- Freud, S. (1961). Analysis terminable and interminable. Em J. Strachey (Ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, vol. 23 (pp. 209–254). Hogarth Press e Institute of Psychoanalysis. (Original publicado em 1937.)
- Freud, S. (1963). Introductory lectures on psychoanalysis. Em J. Strachey (Ed.), *The Standard Edition of the Complete Psychological Works of Sigmund Freud*, vol. 16. Hogarth Press e Institute of Psychoanalysis. (Original publicado em 1916.)
- Green, A. (1992). Review of cogitations. Em *The Complete Works of W. R. Bion*, vol. 11 (pp. 353–364). Routledge.
- Green, A. (2003). The pluralism of sciences and psychoanalytic thinking. Em M. Leuzinger-Bohleber, A. Dreher & J. Canestri (Eds.), *Pluralism and*

- unity? *Methods of research in psychoanalysis* (pp. 26–44). International Psychoanalytic Association.
- Green, A. (2005). The illusion of common ground and mythical pluralism. *The International Journal of Psychoanalysis*, 86, 627–632.
- Green, A. (2009). *Resonance of suffering: Countertransference in non-neurotic structures*. Routledge.
- Grinberg, L. (1956). Sobre algunos problemas de la técnica psicoanalítica determinados por la identificación y contraidentificación proyectiva. *Revista de Psicoanálisis*, 13, 507–511.
- Heimann, P. (1950). On counter-transference. *The International Journal of Psychoanalysis*, 31, 81–84.
- Hinshelwood, R. D. (1996). Convergences with psycho-analysis. Em I. Parker & R. Spiers (Eds.), *Psychology and Society* (pp. 93–104). Pluto Press.
- Holmes, J. (2013). Using psychoanalysis in qualitative research: counter-transference informed researcher reflexivity and defence mechanisms in two interviews about migration. *Qualitative Research in Psychology*, 10(2), 160–173.
- Holmes, J. (2019). *A practical psychoanalytic guide to reflexive research: The reverie research method*. Routledge. Doi: <https://doi.org/10.4324/9780429467363>
- Hollway, W. (2004). An appropriate research paradigm for evaluating psychoanalytically-informed practices. *International Journal of Infant Observation and its Applications*, 7(2/3), 26–42. Doi: <https://doi.org/10.1080/13698030408405041>
- Hollway, W. (2008). The Importance of relational thinking in the practice of psycho-social research: Ontology, epistemology, methodology and ethics. Em S. Clarke, H. Hahn & P. Hoggett (Eds.), *Object relations and social relations: The implications of the relational turn in psychoanalysis* (pp. 137–162). Karnac Books.
- Hollway, W. (2016). Emotional experience plus reflection: countertransference and reflexivity in research. *The Psychotherapist*, 62, 19–21.
- Hollway, W. & Froggett, L. (2013). Researching in-between subjective experience and reality. *Historical Social Research/Historische Sozialforschung*, 38(2), 140–157.
- Hollway, W. & Jefferson, T. (2008). The free association narrative interview method. Em L. Given (Ed.), *The SAGE encyclopedia of qualitative research methods* (pp. 296–315). Sage.

- Hollway, W. & Jefferson, T. (2013). *Doing qualitative research differently: Free association, narrative and the interview method*. Sage. Doi: <https://doi.org/10.4135/9781526402233>
- Kernberg, O. F. (1999). Psychoanalysis, psychoanalytic psychotherapy and supportive psychotherapy: Contemporary controversies. *The International Journal of Psychoanalysis*, 80(6), 1075–1091.
- Klein, M. (2017). A Contribution to the psychogenesis of Manic-Depressive states. Em *The Collected Works of Melanie Klein* (vol. 1, pp. 262–289). Routledge. (Original publicado em 1935.)
- Klein, M. (2017). Mourning and its relation to manic-depressive states. Em *The Collected Works of Melanie Klein* (vol. 1, pp. 344–369). Routledge. (Original publicado em 1940.)
- Klein, M. (2017). Notes on Some Schizoid Mechanisms. Em *The Collected Works of Melanie Klein* (vol. 3, pp. 1–24). Routledge. (Original publicado em 1946.)
- Kvale, S. (2003). The psychoanalytical interview as inspiration for qualitative research. Em P. M. Camic, J. E. Rhodes & L. Yardley (Eds.), *Qualitative research in psychology: Expanding perspectives in methodology and design* (pp. 275–297). American Psychological Association.
- Laplanche, J. & Pontalis, J. B. (1967). *Vocabulaire de la psychanalyse*. PUF.
- Laudan, J. (1981). A confutation of convergent realism. *Philosophy of Science*, 48(1), 19–49.
- Leuzinger-Bohleber, M. & Burgin, D. (2003). Pluralism and unity in psychoanalytic research: Some introductory remarks. Em M. Leuzinger-Bohleber, A. Dreher & J. Canestri (Eds.), *Pluralism and unity? Methods of research in psychoanalysis* (pp. 45–62). International Psychoanalytic Association.
- Little, M. (1951). Counter-transference and the patient's response to it. *The International Journal of Psychoanalysis*, 32, 32–40.
- Mijolla, A. D. (2005). *Dicionário internacional da psicanálise*. Imago.
- Neves, T. S. (2008). Research in psychoanalysis: an area of controversy. *Revista Portuguesa de Psicanálise*. 28(2), 33–59.
- Ogden, T. (1994). The analytic third: Working with intersubjective clinical facts. *The International Journal of Psychoanalysis*, 75, 3–19.
- Piaget, J. (1970). Introduction: La situation des sciences de l'homme dans le système des sciences. Em R. Maheu (Ed.), *Tendances principales de la recherche dans les sciences sociales et humaines. Première partie: Sciences sociales*. Mouton/ UNESCO.
- Poincaré, H. (1908). *Science et méthode*. Flammarion.

- Racker, H. (1968). *Transference and countertransference*. Hogarth Press.
- Racker, H. (1988). The meanings and uses of countertransference. Em B. Wolstein (Ed.), *Essential Papers on Countertransference* (pp. 158–201). New York University Press. (Original publicado em 1957.)
- Reich, A. (1951). On counter-transference. *The International Journal of Psychoanalysis*, 32, 25–31.
- Roberto, S., Rosado, F. F., Santos, O. C., Pote, L. M., Neves, T. S. (2021). Investigação qualitativa psicanaliticamente informada: Contributos teórico-metodológicos. *Investigação Qualitativa em Saúde: avanços e desafios* (vol 8, pp: 770–777). Doi: <https://doi.org/10.36367/ntqr.8.2021.770-777>
- Rosado, F. F.; Marques, M. E.; Neves, T.S. (2015). Inquietante scientia: Pensar o campo epistemológico da psicanálise. *Revista de Psicanálise da SPPA*, 22(1), 21–50. Doi: <https://doi.org/10.5281/sppa%20revista.v22i1.124>
- Rustin, M. (2008). For dialogue between psychoanalysis and constructionism: a comment on paper by Frosh and Baraitser. *Psychoanalysis, Culture and Society*, 13(4), 406–415.
- Sandler, J., Dreher, A. & Drews, S. (1991). An approach to conceptual research in psychoanalysis illustrated by a consideration of psychic trauma. *International Review of Psychoanalysis*, 18, 133–141.
- Stamenova, K., & Hinshelwood, R. D. (2018). *Methods of research into the unconscious: Applying psychoanalytic ideas to social science*. Routledge.
- Stengers, I. (1992). *La volonté de faire science: À propos de la psychanalyse*. Les Empêcheurs de penser en rond.
- Stepansky, P. E. (2009). *Psychoanalysis at the margins*. Other Press.
- Stern, D. (2000). The relevance of empirical infant research to psychoanalytic theory and practice. Em J. Sandler, A. Sandler & R. Davies (Eds.), *Clinical and observational psychoanalytic research: Roots of a controversy* (pp. 73–90). Karnac Books.
- Wallerstein, R. (2005a). Dialogue or illusion? How do we go from here? Response to André Green. *The International Journal of Psychoanalysis*, 86, 633–638.
- Wallerstein, R. (2005b). Will psychoanalytic pluralism be an enduring state of our discipline?. *The International Journal of Psychoanalysis*, 86, 623–626.
- Winnicott, D. W. (1949). Hate in the Counter-Transference. *The International Journal of Psychoanalysis*, 30, 69–74.
- Winnicott DW (1969). The use of an object and relating through identifications. *The International Journal of Psychoanalysis*, 50, 711–716.